



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

MEMORIAL

2ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE
**PROMOTORAS E
PROCURADORAS DE JUSTIÇA**

EDIÇÃO DA REGIÃO NORDESTE: SALVADOR-BA
— 29 E 30 DE MARÇO DE 2019 —



União Europeia

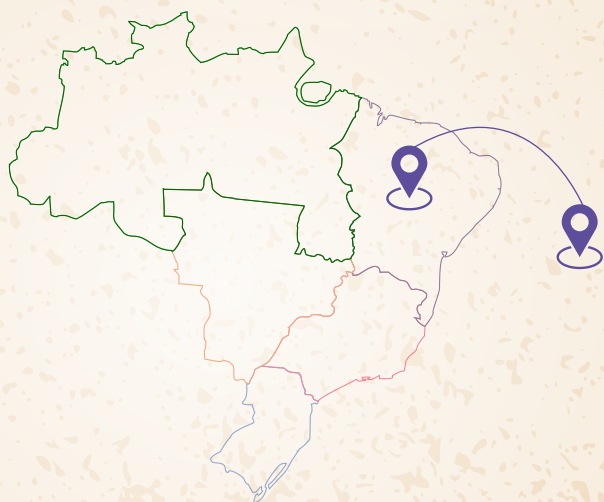


MEMORIAL

2ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE

PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA

Diálogos Brasil-União Europeia
Perspectivas de Equidade de Gênero no
Sistema de Justiça – Ministério Público



Edição da
REGIÃO NORDESTE
29 e 30 de março de 2019
Salvador-BA



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES



MEMORIAL

2ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE

PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA

Diálogos Brasil-União Europeia
Perspectivas de Equidade de Gênero
no Sistema de Justiça – Ministério Público

EXPEDIENTE

**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e
Procuradora-geral da República**

Raquel Elias Dodge

Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP

Ivana Farina Navarrete Pena

Secretária-geral do CNMP

Adriana Zawada Melo

**Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos
Fundamentais do CNMP**

Valter Shuenquener de Araújo

**Encarregada de Negócios a.i. da Delegação
da União Europeia no Brasil**

Claudia Gintersdorfer

AGRADECIMENTOS E APOIO

A presidência do Conselho Nacional do Ministério Público expressa especial agradecimento às instituições que apoiaram a 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Região Nordeste:

Associação Cearense do Ministério Público (ACMP)
Associação do Ministério Público de Alagoas (AMPAL)
Associação do Ministério Público de Pernambuco (AMPPE)
Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB)
Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem)
Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (Ampern)
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)
Associação Paraibana do Ministério Público (APMP)
Associação Piauiense do Ministério Público (APMP)
Associação Sergipana do Ministério Público (ASMP)
Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF/CNMP)
Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP)
Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)
Governo do Estado da Bahia
Grupo de Trabalho sobre combate à violência doméstica e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP)
Grupo Nacional de Direitos Humanos, da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (GNDH/ COPEVID/ CNPG)
Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público
Procuradoria-Geral da República
Procuradoria-Geral de Justiça da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça de Alagoas
Procuradoria-Geral de Justiça da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça de Pernambuco
Procuradoria-Geral de Justiça de Sergipe
Procuradoria-Geral de Justiça do Ceará
Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão
Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí
Procuradoria-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte
Procuradoria-Geral da República e Governo do Estado da Bahia
Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva (SDH/CNMP)
Secretaria-Geral (SG/CNMP)
Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa)

Organizado por:

Adriana Zawada Melo
Ana Maria de Souza Torres Teixeira
Ana Teresa Silva de Freitas
Costanzo Fisogni
Cristina Nascimento de Melo
Dulce Helena de Freitas Franco
Elisa Natola
Ivana Farina Navarrete Pena
Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira
Maria Gabriela Prado Manssur Trabulsi
M. Andréa Borges David
Renata Pinho Studart Gomes
Wilson Alves da Silva

Texto elaborado por:

Raquel Lasalvia

Diagramação:

Secretaria de Comunicação do CNMP
Secretaria de Comunicação Social do MPF

Fotos:

Mateus Lima / Neo Santana

Conselho Nacional do Ministério Público
Setor de Administração Federal Sul – SAFS,
Quadra 2, Lote 3
Edifício Adail Belmonte – Brasília-DF.
CEP: 70070-600
www.cnmp.mp.br

Em minha mãe envelheceu somente o corpo
A alma é jovem, a mente é linda e sã
Minha mãe é mãe, é amiga, é irmã.
Minha mãe tem dois amores
Zeca e seus oito filhos
Que ela cuida com amor e graça
Crê muito em Deus, confia na bondade
Olha o futuro com alegria e calma.
Não fala em ontem, esquece o que passou
Vive o presente e ensina isso
E ama forte tudo ao seu redor
Minha mãe é linda, doce, boa
Dança e canta como os vinte anos
E não nos deixa lembrar
Que fez oitenta.

(Mãe Canô In Pedras de Seixo, 1980, de Mabel Velloso)



SIGLAS E ABREVIATURAS



AMPEB – Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

CDDF – Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CNPG – Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

COPEVID – Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

ENAMP – Escola Nacional do Ministério Público

ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União

GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos

MP – Ministério Público

MPF – Ministério Público Federal

SDH – Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério Público

UE – União Europeia



SUMÁRIO



Apresentação	12
Quem participou	14
Coordenadora-geral	15
Representante da Delegação da União Europeia no Brasil	16
Comissão Organizadora das Conferências Regionais de Promotoras e Procuradoras de Justiça	17
Delegação da União Europeia no Brasil	18
Coordenadoras e Reladoras	19
Autoridades Nacionais e Internacionais	20
Lista de participantes	22
Orientação pedagógica e objetivos	24
2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Região Nordeste.....	25
Homenageadas Especiais	26
Diagnóstico: caminho e perspectiva	28
Solenidade de Abertura	29
Roda de Conversa	38
Painel Temático	42
Propostas aprovadas durante a 2ª Conferência Regional de Procuradoras e Promotoras de Justiça – Região Nordeste.....	48
Encerramento das Atividades e Avaliação.....	59



APRESENTAÇÃO



Ancoradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 70 anos, as Conferências Regionais de Promotoras e Procuradoras de Justiça reproduzem o princípio de que homens e mulheres são iguais em dignidade e prosperam o objetivo fundamental asseverado na Constituição Cidadã de 1988 de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A partir de dados quantitativos publicados pela pesquisa Cenários, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sobre a participação feminina no Ministério Público brasileiro, as Conferências inovam ao propor a construção de um diagnóstico subjetivo, baseado em um método pedagógico e científico, fruto da exitosa I Conferência Nacional de Procuradoras da República ocorrida nos dias 15 e 16 de junho de 2018.

O desafio de desenvolver um diagnóstico, de forma qualificada e presencial, contemplando todos os 26 Ministérios Públicos Estaduais e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios foi superado pela parceria firmada entre a Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva da Presidência do CNM com a Delegação da União Europeia no Brasil, por meio do projeto Diálogos Setoriais denominado “Perspectivas da Equidade de Gênero no Sistema de Justiça/Ministério Público”.

A parceria tem propiciado uma abordagem comparativa entre o Brasil, a União Europeia e seus Estados Membros, com a finalidade de estimular novas posturas e novos olhares para fortalecer a presença de mulheres e de lideranças femininas, de modo a atuar pela implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, da Agenda 2030 da ONU, um compromisso internacional assumido pelo Estado brasileiro de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Organizada por uma comissão plural e feminina e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), foi realizada, nos dias 29 e 30 de março, a 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras dos Ministérios Públicos Estaduais da Região Nordeste, em Salvador-BA, a segunda de cinco Conferências a serem promovidas durante o primeiro semestre de 2019.

Este Memorial registra toda a agenda, os dados e os debates do evento e apresenta as propostas, aprovadas pelo plenário, resultado dos debates nas oficinas dos seis eixos temáticos: ingresso na carreira, condições de trabalho, políticas institucionais, políticas de equidade, carreira e outras jornadas e empoderamento.

Neste documento, o Ministério Público reafirma seu compromisso institucional na busca obstinada por equidade de gênero e na promoção da igualdade como promoção do direito à diferença, da pluralidade, da convivência harmônica entre todos. Enquanto uma de nós, mulheres, estiver sendo vítima de violência, de discriminação e de exclusão, nenhuma de nós pode descansar.

Raquel Elias Dodge

Procuradora-Geral da República
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



QUEM PARTICIPOU





COORDENADORA-GERAL

Raquel Elias Ferreira Dodge

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-geral da República

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), Raquel Dodge cursou o mestrado em Direito e Estado pela UnB e é Mestre em Direito pela Harvard Law School. Ingressou no Ministério Público Federal (MPF) em 1987. É procuradora-geral da República desde setembro de 2017, quando também assumiu a presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) e a Procuradoria-Geral Eleitoral. Integrou a equipe que redigiu o I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil e atuou nas I e II Comissões para adaptar o Código Penal Brasileiro ao Estatuto de Roma. Coordenou a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF por dois mandatos e integrou a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão por seis mandatos. Foi Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta por dois mandatos. Tem experiência na área criminal, na defesa de direitos humanos, do patrimônio público, de índios e minorias, do meio ambiente, do consumidor e da ordem econômica.



REPRESENTANTE DA DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL

Claudia Gintersdorfer

Encarregada de Negócios a.i. da Delegação da União Europeia no Brasil

Mestra em Estudos do Espaço Europeu pela Universidade de Surrey, em Guildford, Reino Unido, 1990, e também em *Politique Internationale da Université Libre de Bruxelles*, Claudia Gintersdorfer é Encarregada de Negócios a.i. da União Europeia no Brasil desde outubro de 2018. Em setembro de 2015, assumiu o posto de Chefe Adjunta da União Europeia no Brasil e anteriormente foi Chefe da Seção Política, de Imprensa e Informação na Delegação da UE no Uruguai, desde 2011. Na sede da UE em Bruxelas, trabalhou para o Serviço de Ação Exterior na área de Direitos Humanos. De 2007 a 2011 foi responsável pela gestão da Política de Direitos Humanos da UE para as Américas, com outras responsabilidades geográficas que incluíam o Irã, os Países do Golfo e a Ásia, e participação regular nas sessões do 3º Comitê da UNGA e do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra. Também foi coordenadora para o Comitê Político e de Segurança (PSC) da Secretaria do Conselho em Bruxelas em 2006 e 2007 e trabalhou para a Comissão Europeia na área de pequenas e médias empresas, empreendedorismo e responsabilidade social corporativa. Anteriormente, trabalhou na Cidade do México na Delegação da Comissão Europeia, na área de projetos de cooperação e de refugiados.



COMISSÃO ORGANIZADORA DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS DE PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA

Raquel Elias Ferreira Dodge

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e
Procuradora-Geral da República

Ivana Farina Navarrete Pena

Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério
Público (SDH/CNMP)

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira

Representante do Grupo de Trabalho sobre combate à violência doméstica e defesa
dos direitos sexuais e reprodutivos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais
do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP)

Dulce Helena de Freitas Franco

Representante do Grupo Nacional de Direitos Humanos da Comissão Permanente
de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Conselho Nacional
de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (GNDH/
COPEVID/CNPG)

Ana Teresa Silva de Freitas

Representante da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP)

Maria Gabriela Prado Manssur Trabulsi

Representante do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público

Cristina Nascimento de Melo

Representante da I Conferência Nacional de Procuradoras da República

COLABORAÇÃO ESPECIAL

João Akira Omoto

Diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)



DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL

Ministra Claudia Gintersdorfer

Encarregada de Negócios a.i. da Delegação da União Europeia no Brasil

Conselheira Domenica Bumma

Chefa da Seção Política, Econômica e de Informação da Delegação da União Europeia no Brasil

Primeira Secretária Maria Rosa Sabbatelli

Chefa de Equipe Regional do Instrumento de Política Externa da Delegação da União Europeia no Brasil

Primeira Secretária Cecile Merle

Oficial Política da Delegação da União Europeia no Brasil

Adido Civil Costanzo Fisogni

Gerente de Projetos da Delegação da União Europeia no Brasil



COORDENADORAS E RELATORAS

Eixo I – Ingresso na carreira: recrutamento, seleção e capacitação

Coordenadora: Elaine Cristina Pereira Alencar (Ministério Público do Estado da Paraíba)

Relatora Temática: Irene Cardoso Sousa (Ministério Público do Estado de Pernambuco)

Relatora de Ata: Márcia Luzia Guedes de Lima (Ministério Público do Estado da Bahia)

Eixo II – Condições de trabalho: saúde, segurança e bem-estar

Coordenadora: Mariana Marinho Barbalho (Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte)

Relatora Temática: Cristina Seixas Graça (Ministério Público do Estado da Bahia)

Relatora de Ata: Jovana Maria Silva Tabosa (Ministério Público do Estado da Paraíba)

Eixo III – Permanência na carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações, treinamentos e boas práticas

Coordenadora: Sara Gama Sampaio (Ministério Público do Estado da Bahia)

Relatora Temática: Karla Adriana Holanda Farias Vieira (Ministério Público do Estado do Maranhão)

Relatora de Ata: Jheise de Fátima Lima da Gama (Ministério Público do Estado de Alagoas)

Eixo IV – Movimentação na carreira: critérios, dificuldades e políticas de equidade

Coordenadora: Maria Neves Feitosa Campos (Ministério Público do Estado do Ceará)

Relatora Temática: Márcia Regina Ribeiro Teixeira (Ministério Público do Estado da Bahia)

Relatora de Ata: Marília Uchôa de Albuquerque (Ministério Público do Estado do Ceará)

Eixo V – Carreira e outras jornadas: gênero e família

Coordenadora: Maria Lilian Mendes Carvalho (Ministério Público do Estado de Sergipe)

Relatora Temática: Fernanda Henriques da Nóbrega (Ministério Público do Estado de Pernambuco)

Relatora de Ata: Cláudia Pessoa Seabra (Ministério Público do Estado do Piauí)

Eixo VI – Empoderamento, lideranças e participação político-institucional: igualdade de gênero e políticas de equidade

Coordenadora: Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa (Ministério Público do Estado de Pernambuco)

Relatora Temática: Márcia Regina dos Santos Virgens (Ministério Público do Estado da Bahia)

Relatora de Ata: Denise Costa Aguiar (Ministério Público do Estado do Piauí)



AUTORIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Raquel Elias Ferreira Dodge

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-Geral da República

Claudia Gintersdorfer

Encarregada de Negócios da Delegação da União Europeia no Brasil

Valter Shuenquener de Araújo

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público

Luciano Nunes Maia Freire

Presidente da Comissão Temporária do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público

Ediene Santos Lousado

Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia e presidente do Grupo Nacional dos Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

Julieta Palmeira

Secretária de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia

Deputada Estadual Maria del Carmen

1ª Secretária da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Regina Helena Ramos Reis

Procuradora de Justiça e Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Kátia Rejane de Araújo Rodrigues

Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre

João Akira Omoto

Procurador Regional da República e Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União

Donila Ribeiro Gonzalez de Sá Fonseca

Coordenadora-executiva das Defensorias Públicas Especializadas da Defensoria Pública do Estado da Bahia

Alison Musgrove

Segunda-secretária da Embaixada da Austrália no Brasil

Janina Schuenck Brantes Sacramento

Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

Márcia Regina Ribeiro Teixeira

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia e representante do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais no Conselho Nacional de Direitos Humanos

Vera Maria Fernandes Ferraz

Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará

Elaine Alencar

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba e coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Cidadania e dos Direitos Fundamentais

Mariana Marinho Barbalho

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Norma Cavalcanti

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia e ex-presidente da Associação dos Membros do Ministério Público

Luciane Rosa Croda

Procuradora-Geral Adjunta da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia

Sílvia Cordeiro

Secretária de Políticas para as Mulheres do Estado de Pernambuco

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional do Ministério Público do Estado de Alagoas

Maria Magnólia da Silva

Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará

Cley Barbosa Martins

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas

Maurício Andreiuolo Rodrigues

Membro auxiliar da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público

Márcia Moraes dos Santos Vaz

Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público e Promotora de Justiça do Estado da Bahia

Deluse Amaral Rolim Florentino

Promotora de Justiça e representante da Associação do Ministério Público de Pernambuco

Julia Thomson

Assistente de Pesquisa e Política da Embaixada da Austrália no Brasil

Fernanda Henriques da Nóbrega

Promotora de Justiça e conselheira do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Pernambuco

LISTA DE PARTICIPANTES

Ano de Ingresso	Nome	Cargo	Unidade
2010	Aldeleine Melhor Barbosa	Promotora de Justiça	SE
2004	Alice de Oliveira Morais	Promotora de Justiça	PE
2012	Aline Curvêlo Tavares de Sá	Promotora de Justiça	BA
1992	Ana Teresa Silva de Freitas	Promotora de Justiça	MA
1996	Ana Vitória Conceição Gouveia	Promotora de Justiça	BA
2010	Andrea Borges Miranda Amaral	Promotora de Justiça	BA
2011	Anna Karina Omena Vasconcellos Senna	Promotora de Justiça	BA
2004	Camila Mendes de Santana Coutinho	Promotora de Justiça	PE
1996	Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra	Promotora de Justiça	PI
1992	Cristina Seixas Graça	Promotora de Justiça	BA
1998	Darluse Ribeiro Sousa Magalhães	Promotora de Justiça	BA
1993	Deluse Amaral Rolim Florentino	Promotora de Justiça	PE
1996	Denise Costa Aguiar	Promotora de Justiça	PI
2010	Dila Mara Freire Neves	Promotora de Justiça	BA
2001	Dulcerita Soares Alves	Promotora de Justiça	PB
1993	Ediene Santos Lousado	Procuradora de Justiça	BA
2002	Elaine Cristina Pereira Alencar	Promotora de Justiça	PB
1977	Elna Leite Avila Rosa	Procuradora de Justiça	BA
1992	Euza Maria Gentil Missano Costa	Promotora de Justiça	SE
1994	Fernanda Henriques da Nóbrega	Promotora de Justiça	PE
1993	Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho	Promotora de Justiça	MA
1995	Giovana Souza Barbosa	Promotora de Justiça	BA
1993	Iracly Martins Figueiredo Aguiar	Procuradora de Justiça	MA
1999	Irene Cardoso Sousa	Promotora de Justiça	PE
2018	Jheise de Fatima Lima da Gama	Promotora de Justiça	AL
2002	Joana Pedreira Philigret Baptista	Promotora de Justiça	BA
1996	Jovana Maria Siva Tabosa	Promotora de Justiça	PB
1992	Juçara Azevedo de Carvalho	Promotora de Justiça	BA
1994	Karla Adriana Holanda Farias Vieira	Promotora de Justiça	MA
2004	Lívia Maria Santana e Sant Anna Vaz	Promotora de Justiça	BA
1999	Luciana Albuquerque Prado	Promotora de Justiça	PE
1997	Luciana de Aquino Vasconcelos Frota	Promotora de Justiça	CE
1999	Luciana Maciel Dantas Figueiredo	Promotora de Justiça	PE
1992	Márcia Luzia Guedes de Lima	Procuradora de Justiça	BA

Ano de Ingresso	Nome	Cargo	Unidade
1996	Marcia Morais dos Santos Vaz	Promotora de Justiça	BA
1991	Márcia Regina dos Santos Virgens	Procuradora de Justiça	BA
1992	Marcia Regina Ribeiro Teixeira	Promotora de Justiça	BA
1991	Margareth Pinheiro de Souza	Procuradora de Justiça	BA
1999	Maria Aparecida Barreto da Silva	Promotora de Justiça	PE
1980	Maria Augusta Almeida Cidreira Reis	Procuradora de Justiça	BA
1984	Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa	Procuradora de Justiça	PE
1999	Maria de Fátima de Araújo Ferreira	Promotora de Justiça	PE
1993	Maria de Fátima Silveira Passos de Macêdo	Promotora de Justiça	BA
1999	Maria Izamar Ciriaco Pontes	Promotora de Justiça	PE
1992	Maria Lilian Mendes Carvalho	Promotora de Justiça	SE
2014	Maria Magnólia Barbosa da Silva	Procuradora de Justiça	CE
2016	Maria Neves Feitosa Campos	Procuradora de Justiça	CE
2000	Mariana Marinho Barbalho	Promotora de Justiça	RN
1991	Marilene Pereira Mota	Procuradora de Justiça	BA
1996	Marilia Uchoa de Albuquerque	Promotora de Justiça	CE
1992	Marisa Marinho Jansen Melo de Oliveira	Promotora de Justiça	BA
1991	Marly Barreto de Andrade	Procuradora de Justiça	BA
2008	Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva	Promotora de Justiça	SE
1993	Nadja Brito Bastos	Promotora de Justiça	BA
1987	Nelma Ramos Maciel Quaiotti	Procuradora de Justiça	PE
1983	Regina Maria da Silva Carrilho	Procuradora de Justiça	BA
1991	Rosane Maria Araujo e Oliveira	Promotora de Justiça	PB
1992	Sara Gama Sampaio	Promotora de Justiça	BA
1984	Sara Mandra Moraes Rusciolli Souza	Procuradora de Justiça	BA
2010	Semiana Silva de Oliveira Cardoso	Promotora de Justiça	BA
1995	Tatiana Souza Leão Araujo	Promotora de Justiça	PE
1983	Terezinha Maria Lôbo Santos	Procuradora de Justiça	BA
1998	Theresa Cristina Pinto Rebouças	Promotora de Justiça	BA
2000	Thiara Rusciolli Souza Bezerra	Promotora de Justiça	BA
2018	Vera Maria Fernandes Ferraz	Procuradora de Justiça	CE



ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E OBJETIVOS



2ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA – REGIÃO NORDESTE

Promovida pela presidência do Conselho Nacional do Ministério Público, em parceria com as Procuradorias-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais da Região Nordeste e com a Delegação da União Europeia no Brasil, a 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça aconteceu em Salvador (BA), nos dias 29 e 30 de março, no Fiesta Bahia Hotel.

O evento integra o conjunto de cinco conferências que estão sendo realizadas em cada região do País, no primeiro semestre de 2019. As conferências compõem o projeto Perspectivas de Equidade de Gênero no Sistema de Justiça – Ministério Público, que tem o objetivo de realizar um diagnóstico, com base em método pedagógico e científico, sobre a situação de gênero na carreira dos Ministérios Públicos Estaduais.

A União Europeia apoia a iniciativa e participa ativamente das conferências, possibilitando um intercâmbio de informações, experiências e boas práticas entre os Sistemas de Justiça do Brasil e dos Estados-membros da UE, como também uma abordagem comparativa entre contextos socioculturais distintos. As conferências regionais visam a construir uma agenda comum entre nações, estreitar vínculos e estratégias de promoção da igualdade de gênero nos Ministérios Públicos brasileiro e de países europeus.

Inspiradas no modelo da exitosa I Conferência Nacional de Procuradoras da República, que aconteceu em Brasília (DF), nos dias 15 e 16 de junho de 2018, as conferências regionais seguem metodologia instituída pela Portaria CNMP-PRESI nº 8, de 31 de janeiro de 2019, e são apoiadas pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme Acordo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP e a ESMPU, em 17 de janeiro de 2019.

Trata-se de um evento técnico, temático, reflexivo e de integração. A estrutura da conferência e o método adotados estimulam as participantes a refletirem e opinarem sobre os desafios para ingresso, permanência e evolução na carreira. Ao final, as conferencistas elaboram e aprovam proposições de políticas institucionais que possam reduzir desequilíbrios de gênero na carreira do Ministério Público brasileiro.

Em Salvador, a programação do evento contou com solenidade de abertura, oficinas temáticas, roda de conversa, painel temático e plenária final. Procuradoras e promotoras de Justiça dos Ministérios Públicos da Bahia, de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão construíram propostas em oficinas temáticas, relacionadas a seis eixos:

Eixo I – Ingresso na carreira: recrutamento, seleção e capacitação

Eixo II – Condições de trabalho: saúde, segurança e bem-estar

Eixo III – Permanência na carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações, treinamentos e boas práticas

Eixo IV – Movimentação na carreira: critérios, dificuldades e políticas de equidade

Eixo V – Carreira e outras jornadas: gênero e família

Eixo VI – Empoderamento, lideranças e participação político-institucional: igualdade de gênero e políticas de equidade

A distribuição de participantes, coordenadoras, relatoras temáticas e de ata, nas oficinas simultâneas, considerou a representatividade de cada Estado da região. Ao final do segundo dia de conferência, a Plenária apreciou as propostas elaboradas e realizou a votação de cada uma delas, optando por *Aprovo*, *Não Aprovo* e *Abstenção*.

HOMENAGEADAS ESPECIAIS

A 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Nordeste homenageou a história e a memória de seis mulheres nordestinas, cujas trajetórias são marcadas pela defesa intransigente da igualdade.

As salas onde ocorreram as oficinas temáticas foram sinalizadas com os nomes e textos biográficos de Rachel de Queiroz, Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Margarida Maria Alves, Maria Firmina dos Reis, Celina Guimarães Viana, Dandara.

Na solenidade de abertura, Raquel Dodge, presidente do CNMP e procuradora-geral da República, afirmou que a homenagem tem o propósito de chamar a atenção para o papel de mulheres de referência de outras áreas da vida humana, que nasceram ou trabalharam no Nordeste do Brasil.

“Demos nome às salas das oficinas onde ocorrerão os debates de pessoas como Dandara, que lutou por libertação ao lado de Zumbi dos Palmares; Celina Guimarães, sufragista e primeira mulher a votar no Brasil; e Margarida Maria Alves, que defendeu o direito dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais”, explicou Dodge em seu discurso.

Conheça, abaixo, cada uma das homenageadas especiais da 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Nordeste.

Sala Rachel de Queiroz

Cearense, Rachel de Queiroz foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras, em 1977. Romancista, tradutora, escritora, jornalista e dramaturga, é autora de importantes obras da literatura nordestina, entre elas *O Quinze*, *As Três Marias* e *Lampião*. Seus romances retratam a luta do povo nordestino contra a seca e a miséria.

Foi a primeira mulher a receber, em 1993, o Prêmio Camões, instituído pelos governos do Brasil e de Portugal, por reconhecer a contribuição dos autores ao enriquecimento do patrimônio literário e cultural da língua portuguesa.

Sala Maria Quitéria de Jesus Medeiros

Militar baiana, Maria Quitéria de Jesus foi a primeira mulher a entrar em combate no país, em 1823, pela independência do Brasil. Cento e vinte anos antes de as mulheres serem admitidas no Exército, ela fingiu ser homem e se alistou com o nome de Medeiros. Chegou a ser descoberta, mas acabou não sendo dispensada pelas habilidades que demonstrou.

Em 1996, o Estado brasileiro atribuiu-lhe o título de patrona do Quadro Complementar do Exército brasileiro. Heroína da Guerra da Independência, Maria Quitéria é recorrentemente comparada à mártir francesa Joana d'Arc.

Sala Margarida Maria Alves

Filha de camponeses, Margarida nasceu em 1933, em Alagoa Grande, na Paraíba. Tornou-se símbolo da luta pelos direitos das trabalhadoras rurais no Brasil. Em 1973, foi eleita a primeira mulher presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, cargo que ocupou por anos até o dia de sua morte.

Em discurso de comemoração ao Dia do Trabalhador, Margarida declarou: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Foi assassinada por um matador de aluguel, em 1983, na porta de casa, na frente de seu marido e de seu filho. Seu nome e sua história de luta inspiraram a Marcha das Margaridas, uma mobilização nacional que reúne milhares de mulheres trabalhadoras rurais, desde 2000.

Sala Maria Firmina dos Reis

Considerada a primeira romancista brasileira, a abolicionista Maria Firmina dos Reis nasceu em 1822, em São Luís (MA). Filha de mãe branca e pai negro, Firmina viveu num contexto de segregação racial e social. Formou-se professora primária e, por meio de suas obras e poemas, fez da literatura um instrumento de denúncia da escravidão.

Em 1859, publicou o romance *Úrsula*, primeira obra abolicionista da literatura. No início da década de 1880, anos antes da Lei Áurea, a escritora fundou a primeira escola mista e gratuita para crianças pobres, em Maçaricó (MA). A atitude causou escândalo na sociedade e, por isso, a escola teve que ser fechada. Morreu em 1917, na casa de uma amiga ex-escrava.

Sala Celina Guimarães Viana

Celina Guimarães foi a primeira mulher a votar no Brasil. Aos 29 anos, solicitou o alistamento para votar, em 25 de novembro de 1927, na cidade de Mossoró (RN). Cinco anos antes da publicação da lei que consagrou o voto feminino, teve seu registro aprovado para votar na eleição municipal de 1928, fundamentando seu pedido na Constituição do Estado. O fato repercutiu mundialmente por se tratar não somente da primeira eleitora do Brasil, mas da América Latina.

Professora, autora de peças teatrais e figurinista, Celina lutou pela abolição da tradicional palmatória nas escolas e introduziu o teatro como atividade de apoio à educação.

Sala Dandara

Casada com Zumbi dos Palmares, Dandara foi considerada uma heroína negra, que lutou ao lado de homens e mulheres na defesa do Quilombo dos Palmares, situado na região do atual Estado de Alagoas.

Obstinada por liberdade, Dandara tornou-se a mais representativa liderança feminina, tendo participado de todas as batalhas e lutas, além de atuar na elaboração das estratégias de resistência. Relatos contam que a vida de Dandara teve fim em fevereiro de 1694, quando ela teria se jogado de uma pedreira: uma decisão extrema para não se entregar às forças militares que subjugarão o quilombo.



**DIAGNÓSTICO:
CAMINHO E
PERSPECTIVA**





SOLENIIDADE DE ABERTURA

A abertura da 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça dos Ministérios Públicos da Região Nordeste aconteceu, em Salvador, na tarde do dia 29 de março, data em que a cidade comemorou 470 anos de fundação. A efeméride foi destacada pela presidente do CNMP e procuradora-geral da República, Raquel Dodge.



A coincidência não poderia ser mais feliz. No dia em que celebramos juntos o aniversário da fundação desta linda cidade, de Salvador – há 470 anos, a primeira capital do Brasil, dedicada a Deus, o salvador –, estamos nos reunindo, nesta conferência, para cuidar da equidade feminina no Sistema de Justiça”, ressaltou a coordenadora-geral do evento.

Cerca de 60 promotoras e procuradoras de Justiça da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão participaram da abertura da conferência, além de autoridades nacionais e internacionais.

A presidente do CNMP explicou que o encontro se realiza “com o propósito claro, específico e sereno de incentivar as procuradoras e promotoras de Justiça a refletir sobre o fluxo e os obstáculos para ingresso, lotação, permanência, capacitação e movimentação nas nossas carreiras”.

Conforme Dodge, o espaço também se propõe a examinar boas práticas que têm sido adotadas nos Ministérios Públicos estaduais, com o intuito de dirimir os desequilíbrios de gênero observados na carreira e na ocupação de cargos de gestão institucional.

Além de Raquel Dodge, discursaram, na mesa de abertura, a procuradora-geral de Justiça do Estado da Bahia, Ediene Lousado; a presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (Ampeb) Janina Schuenck Brantes Sacramento; e a Encarregada de Negócios da Delegação da União Europeia no Brasil, Claudia Gintersdorfer.



HOMENAGENS

A solenidade também foi marcada por homenagens e surpresas. Na ocasião, a presidente do CNMP anunciou a indicação de Ivana Farina, procuradora de Justiça e secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP, à vaga de representação dos Ministérios Públicos estaduais no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao justificar sua escolha, Dodge frisou o compromisso de Ivana com “com liberdades e com a democracia, por sua atuação incessante, incisiva, resolutiva, entusiasmada e profunda no enfrentamento do crime e na promoção de direitos humanos, por um histórico de lealdade à sua missão constitucional e demonstração de caráter no exercício de suas funções”.

Nas palavras de agradecimento, Ivana destacou a atuação intrépida e eficiente da atual procuradora-geral da República e afirmou que a honraria de representar os Ministérios Públicos estaduais se fazia “muito mais diferenciada” pelas mãos de quem recebia.

“

Estou honrada. Ao nosso Pai, eu peço iluminação para ações de justiça e de coragem, na representação de um Ministério Público ativo, como esse que você chefia. Um Ministério Público respeitado pelas ações que desenvolve, que não se verga, como a nossa presidente do CNMP, que não se curva, e que tem fibra”, declarou.

Ao final da solenidade, a promotora de Justiça do Ministério Público do Maranhão e diretora da Escola Nacional do Ministério Público, Ana Teresa Silva de Freitas, em nome das mulheres que compõem os Ministérios Públicos dos Estados do Nordeste, presenteou Raquel Dodge e Ivana Farina com o romance *Úrsula*, da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis — a primeira romancista brasileira. Maria Firmina foi uma das homenageadas especiais da 2ª Conferência Regional.

“Gostaria de fazer uma homenagem, merecida e necessária, falando aqui por todas as mulheres do Nordeste. Gostaríamos de registrar a beleza, o paradigma que está sendo quebrado, com este conjunto de eventos. Nós estamos parando para nos ver, para nos fazer ouvir, para que possamos aqui discutir e descortinar novos caminhos de luta, de sensibilidade. Que as palavras de Maria Firmina dos Reis, nesse romance, escrito nas lutas que ela sentia, possam nos fazer sentir aqui e possam nos impulsionar à transformação”, afirmou Ana Teresa.





RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-Geral da República



As mulheres enfrentam muitos desafios, ao pretenderem ser o que querem ser no mundo moderno. A isto têm direito, pois todos os seres humanos têm a mesma dignidade. Mas é preciso falar do esforço cotidiano para equilibrar os desafios familiares, conjugais e profissionais e fazê-lo, muitas vezes, de modo dissimulado e discreto o suficiente para que não percebam o esforço que fazemos e para que não agravemos os problemas que já enfrentamos.

É importante conversar sobre como ser profissional, protagonista na sua vida e na sua profissão, sem ser forçada a abdicar de outras funções sociais nem de relações afetivas ou culturais, para construir uma carreira no Ministério Público. Será que equidade, na profissão, está sendo garantida à custa de outras perdas importantes para plenitude feminina?



A violência e a discriminação contra as mulheres, no âmbito doméstico, nos transportes públicos, no ambiente de trabalho é muito alta no Brasil. Resulta em feminicídio, em assédio moral e sexual, em ofensa à integridade física e psicológica, em intolerância religiosa, em salários menores para a mesma função. São práticas proibidas pela constituição e pelas leis vigentes, que temos nós, mulheres, nós, do Ministério Público, a incumbência de fazer cumprir.

Esta é uma realidade a qual nos conectamos de diversos modos, seja porque somos parte do grupo de mulheres do Brasil, seja porque temos a missão constitucional de zelar por políticas públicas contra a discriminação e por inclusão feminina. A dor infligida a uma mulher atinge todas. Isso significa que, enquanto uma de nós, mulheres, estiver sendo vítima de violência e de discriminação, de exclusão, nenhuma de nós pode descansar.

A promoção da igualdade é a promoção do direito à diferença, da pluralidade, da convivência harmônica entre todos. Temos o dever de promover igualdade em suas várias acepções: a igualdade formal, para que todos sejam tratados do mesmo modo perante a lei; a igualdade material, para que todos tenham direito a meios e oportunidades para o pleno desenvolvimento humano; a igualdade de reconhecimento, que significa o direito à dignidade, à individualidade, à diferença, na dimensão mais íntima da nossa própria personalidade, de nossas crenças, de nossa opinião e de nossa visão de mundo.

O papel do Ministério Público é essencialmente de promoção, de proteção e de defesa de direitos. Zelamos para que haja política pública dirigida a situações específicas para as mulheres. Por exemplo, na área da saúde, para que os serviços públicos incluam proteção da maternidade e do feto, que vedem violência obstétrica; que promovam segurança nos transportes públicos para as mulheres; que incluam testes para câncer de útero e de mama.

Não podemos negligenciar as mulheres que são membros da própria instituição; não podemos esquecer de nós mesmas. A equidade de gênero, uma vez praticada dentro do Ministério Público, ganhará mais força na sociedade e em outras instituições públicas, impulsionando a criação de outras políticas públicas, que promovam a igualdade entre homens e mulheres.”



CLAUDIA GINTERSDORFE

Encarregada de Negócios da Delegação da União Europeia no Brasil

“

A União Europeia enfrenta, como o Brasil, desafios a respeito do tema tratado hoje. Por exemplo, embora as mulheres europeias tenham uma escolaridade mais bem-sucedida do que a dos homens, elas ainda ganham 16% menos, por hora, em trabalho iguais, em comparação aos homens. Essa disparidade salarial entre homens e mulheres não é apenas injusta como princípio, mas também na prática, já que coloca as mulheres em situações precárias, ao longo das suas carreiras. Essa disparidade se acentua mais depois que elas se aposentam, com a diferença de 36,6% do valor da aposentadoria.

As mulheres, na Europa, representam somente 1/4 dos altos diretores das maiores empresas registradas na União Europeia. A participação ativa numericamente significativa das mulheres na política ainda não foi atingida. Só três Estados-membros da União Europeia têm mais de 40% de mulheres deputadas. E só seis têm mais de 20% de deputadas.

Porém, ante esses desafios, temos dado respostas. Elaboramos o compromisso estratégico da União Europeia para igualdade de gênero, documento com orientações e ações de longo prazo. Entre os cinco princípios desse compromisso estratégico, há notadamente a igualdade na independência econômica e a igualdade de remuneração entre homens e mulheres, por trabalho de igual valor. Anualmente, toma-se o pulso da situação da equidade de gênero no âmbito da União Europeia, tanto como no conjunto dos Estados-membros, por meio de relatórios sobre a igualdade entre mulheres e homens na União Europeia.

No fim de 2017, foi lançado um plano de ação para combater a iniquidade salarial, com oito grandes vertentes de ação, como, por exemplo, melhorar a aplicação do princípio da igualdade salarial, combater a segregação profissional e setorial, quebrar o teto de vidro, denunciar as desigualdades e os estereótipos, reforçar parcerias para combater as disparidades salariais entre homens e mulheres.

Esses pequenos exemplos são para mostrar que o esforço que a União Europeia faz para fortalecer e efetivar a equidade de gênero é diário e contínuo.

É também importante poder perceber a possível correlação entre a situação das mulheres dentro de uma instituição e a atuação dessa instituição em matéria de gênero. Sem a participação da mulher como agente no processo de formação da própria norma que rege a atuação da instituição, por exemplo na bancada de concurso ou mecanismos de avaliação de desempenho, é difícil atingir a efetiva igualdade nas práticas institucionais.

Compartilhamos resolutamente desses princípios gerais assim como dos específicos com o Ministério Público e com cada uma das procuradoras e promotoras presentes nessa sala hoje. Baseadas nesses princípios e no valor da troca de experiências entre a União Europeia e o Brasil, criamos esta parceria e valorizamos o fato de poder sair do entorno mais conhecido de Brasília, para caminharmos em regiões do Brasil, onde as suas opiniões podem trazer experiências e visões essenciais para rompermos as barreiras que ainda não permitem uma troca da cultura institucional.”



EDIENE SANTOS LOUSADO

Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia



A nossa vida intensa acaba nos impedindo de chorar as nossas dores. E é muito importante que possamos ter a oportunidade e estes momentos de fazer essas reflexões e constatações coletivamente.

Mas muito mais importante do que chorar essas dores é poder fazer com que essas dores sirvam de bandeiras, de encaminhamentos, para tornar mais fácil as nossas lutas. E o mais importante: para que possamos traçar estratégias de conquista dos nossos espaços de poder.

Então, nós estaríamos aqui para nos rebelar? Também. E que bom que nós temos essa oportunidade de nos rebelar, mas muito mais numa perspectiva de se criar soluções e buscá-las. Uma reflexão que venha realmente a fazer com que a gente saia daqui estrategicamente com posicionamentos que possamos definir para efetivar os nossos direitos.

Não há direito igual sem oportunidades iguais. Então, vamos também lutar para que neste espaço que nós buscamos de empoderamento a gente possa estar preservando e reservando oportunidades de luta iguais.

Eu acredito que muitas de nós não sairão daqui como entramos. Espero que a gente saia com a bagagem muito mais pesada, enriquecida. Mas enriquecida de ideias e de perspectivas de melhoria dessa realidade que nós precisamos mudar.”



JANINA SCHUENCK BRANTES SACRAMENTO

Presidente da Associação do Ministério Público do Estado da Bahia



Estamos aqui para discutir, entre vários aspectos, não só situações em que o gênero possa ser utilizado, infelizmente, para colocar a mulher como vítima de agressão, mas também para pensar como é importante que as mulheres ocupem espaço naturalmente.

Que o gênero não nos diferencie de forma negativa, mas que, sim, sirva como hoje, como uma razão para trocarmos ideias, para nos aproximarmos, para falarmos dos pensamentos que podemos compartilhar, que são convergentes; e também para termos a oportunidade, naqueles em que não convergirmos, de divergir, porque democracia é assim. E democracia pressupõe equidade e igualdade.

Tenho uma grata satisfação de dizer que no nosso Estado temos tido representação feminina nos cargos de relevância. Temos, hoje, uma procuradora-geral de Justiça. Tivemos, no último mandato, a presidente do Tribunal de Justiça. Temos a honra de ter a primeira mulher presidente da Conamp: foi nossa colega baiana, Dra. Norma Angélica, brava guerreira que defendeu o MP e ainda defende. Temos Dra. Raquel Dodge, procuradora-geral da República, exercendo tão relevante missão.

À frente da Ampeb, tenho ainda a felicidade de dizer que já temos representatividade feminina na liderança da associação, desde 1985, em que Dra. Clarice Lins Haddad exerceu o cargo de presidente da Associação do Ministério Público; Dra. Leonor Salgado também o fez em 1990; Dra. Sara Mandra, que aqui se faz presente, que hoje é procuradora-geral de Justiça adjunta, também presidiu a Ampeb. Minha querida amiga Norma, que presidiu a Ampeb por três mandatos.

É importante frisar porque desejamos essa representatividade e alternância de poder. Alternamos o cargo com valorosas colegas. Isso ocorre porque existe equidade. Não haveria alternância se não houvesse equidade. Então, que ela permaneça, que ela seja natural, em todos os Estados e instituições. O gênero não pode jamais, como disse, servir para nos diferenciar negativamente.”



RODA DE CONVERSA

A roda de conversa é um espaço primorosamente planejado da conferência. Seu objetivo é abordar a temática de gênero com base na história de vida de mulheres de referência das artes, que se empoderaram pelo exercício da sensibilidade e da expressão.

Após uma tarde de reflexões e elaborações coletivas nas oficinas temáticas, as conferencistas receberam as convidadas especiais do evento: a cantora baiana Maria Bethânia e a escritora e cordelista Mabel Velloso, para dialogar, trocar impressões sobre a condição da mulher e celebrar a cultura brasileira.

As duas irmãs, nascidas em Santo Amaro da Purificação, município do Recôncavo baiano, foram recebidas, no palco, pela presidente do CNMP e procuradora-geral da República, Raquel Dodge. “Nós cantamos muitas das ideias que vieram dessa família magnífica, de Mabel, Caetano Veloso e Maria Bethânia”, disse Dodge ao cumprimentá-las.

Participaram também do diálogo a secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP, Ivana Farina; a procuradora-geral de Justiça da Bahia, Ediene Lousado; a promotora de Justiça do MP-BA Lívia Maria Santana e Sant’Anna Vaz; e a representante da Delegação da União Europeia no Brasil, Claudia Gintersdorfe.

As conferencistas recepcionaram as convidadas de pé e com aplausos. Raquel Dodge apresentou Maria Bethânia como uma mulher “incrível e forte, que inspira tantas brasileiras pelo seu gesto corajoso de defender liberdades: liberdade religiosa, liberdade de expressão, liberdade de opinião”, disse.

A santo-amarense de 72 anos, dos quais 54 anos são dedicados à música popular brasileira, contou a história do início de sua carreira, falou sobre a educação que recebeu de seus pais, exaltou a memória de sua mãe, Dona Canô, e dialogou com dezenas de promotoras e procuradoras de Justiça, que reverenciaram sua obra e lhe fizeram perguntas. “É uma honra, é muito nobre estar aqui. Para mim, para minha família, para minha irmã que está me acompanhando”, iniciou Bethânia.

Na conversa, Maria Bethânia descreveu os episódios que a fizeram chegar aos palcos do show Opinião, espetáculo dirigido por Augusto Boal, no Teatro Arena, no Rio de Janeiro. A peça que estreou meses após a instituição do regime militar, em 1964, tornou-se referência de *música de protesto*.

“Achei que era a maior brincadeira da vida”, confessou Bethânia, ao relatar que Nara Leão lhe convidou pessoalmente para substituí-los nos palcos. Nara ouviu gravações de um show amador de Bethânia, Caetano Veloso, Gal Costa, Gilberto Gil e Tom Zé, em Salvador. Perguntou a Caetano de quem era aquela voz potente, ao que este respondeu que era de sua irmã.

O convite não foi aceito de imediato. Com 17 anos, Bethânia conta que estava “em segunda época de matemática [período de recuperação escolar]”. Para tomar aulas da matéria, seus pais lhe enviaram para a casa da irmã Mabel, também professora, em Santo Amaro da Purificação. Na casa da irmã, recebeu insistentes ligações do Rio de Janeiro, que a convocavam para substituir Nara durante quatro apresentações do *Opinião*.

“Meus pais me mandaram pra casa [de Mabel], para ela me ensinar a fazer a prova. Eu cheguei, o telefone tocou e eu atendi: ‘por favor, a casa de Mabel, eu quero falar com a Bethânia’. Eu respondi: ‘sou eu’. Disseram: ‘é um convite, para você substituir Nara Leão, no show Opinião, no Rio de Janeiro’. Eu desliguei o telefone. Fiz isso umas cinco vezes. Até que Mabel disse: ‘não, tem alguma coisa fora do lugar, alguma coisa que não está normal’. Foi quando Nilda Spencer, nossa extraordinária diretora e atriz baiana disse: ‘é tudo verdade, é para Bethânia ir amanhã cantar, substituir a Nara’”, narrou.



É uma história muito incrível, parece um conto de fadas e, ao mesmo tempo, muito cruel, porque, no meu entender, eu me sentia muito menina aos 17 anos. Em 1965, uma moça no Brasil era criança. E eu, criada daquele jeito, com a minha família, em Santo Amaro da Purificação, tinha esse entendimento”, relembra criticamente a cantora.

Segundo Bethânia, seu pai, José Teles Veloso, quando percebeu a seriedade das circunstâncias, tomou atitude imediatamente e falou: “só tem um modo de você ir, seu irmão lhe acompanhando”. O irmão era Caetano Veloso.

Caetano é personagem central na história de Bethânia, “me orientou muito”, disse. “Uma coisa importante na minha vida, muito marcante, é ser irmã de Caetano. Toda genialidade à parte, nascidos do mesmo ventre, ele ser o irmão mais próximo de mim. Eu sou a caçula. Caetano me ensinou a andar. Até isso, ele me ensinou”, falou com reverência.

Já no Rio de Janeiro, ela conta que ensaiava mais do que lhe parecia necessário. Comentou com Caetano que achava estranho a quantidade de ensaios. Foi quando Nara lhe confessou que desistira de fazer o show.

“Ela me chamou e disse: ‘eu não quero mais fazer. De agora em diante, é você’. Eu disse: ‘Eu não posso, eu tenho que voltar e pedir de novo a meu pai e a minha mãe, que agora é para eu ficar, que não são só quatro dias’”, relatou, evidenciando o papel preponderante da família em sua vida.

Ao retornar a Santo Amaro da Purificação, explicou ao pai que o convite, agora, era para se tornar “cantora brasileira popular”. Ele lhe perguntou: “é o que você quer?”. Eu disse: ‘é, sim senhor’. Minha mãe me perguntou: ‘você quer ir mesmo?’. Eu disse: ‘eu quero, sim, senhora’”, descreve.

A firmeza na decisão não escondia a melancolia que sentia naquela ocasião. Foi quando seu pai lhe disse “uma das coisas mais bonitas” que talvez ouviu, segundo a intérprete. “Eu tinha muita tristeza, mas eu disse que aquilo me atraía. Daí meu pai me disse muito lindamente: ‘se você for feliz, então você vá. Se você for feliz, então você é a responsável. Se você for infeliz, eu sou o culpado’”, narrou.

“Essa é minha história de início de carreira”, pontuou Maria Bethânia à plateia. Com sucesso imediato nos palcos, Bethânia assumiu finalmente a carreira de cantora brasileira popular. “Já tinha saído das minhas mãos, já não era uma coisa só carioca, ou só baiana, ou só uma menina de Santo Amaro. Virou uma coisa muito grande. Eu me assustava e, ao mesmo tempo, era muito feliz”, afirmou.

Os anos posteriores provaram o que disse. A moça de Santo Amaro da Purificação, filha de José Teles e Dona Canô, ao deixar o recôncavo baiano, conseguiu realizar uma “coisa muito grande”: expressar, na música popular, uma das mais ricas sínteses da cultura brasileira.



MARIA BETHÂNIA



Fomos criados, tivemos uma história de família muito, creio, muito especial, no nordeste brasileiro. A Bahia já tem uma coisa muito própria, muito requintada, muito chique e convidativa. Mas somos todos nordestinos, temos as dificuldades no mesmo nível das grandezas, das reverências e das elegâncias e belezas. Por todo o Nordeste, temos essa coisa difícil de ser compreendida.

Eu tenho hoje 72 anos. Trabalho desde os 17 anos, sempre pude entender, assistindo ao meu pai e à minha mãe, o modo de trabalhar e de lidar com a vida com tanta seriedade, que tomei isso de maneira quase que cruel para mim. Um senso de responsabilidade muito grande, porque o palco é uma tribuna de muita força, é um lugar onde você mexe com muitos sentimentos — e anônimos — você não sabe quais são; são muitas pessoas numa sala de espetáculo. Então, sempre recebi isso como uma dádiva, mas com um preço muito alto. Responsabilidade e seriedade para encarar esse grande prêmio de Deus, porque cantando se reza duas vezes.

Conquistei coisas extraordinárias na minha vida. Hoje, estar aqui é muito importante para mim. Mas muito de mim está em minha mãe, Dona Canô. A minha admiração por essa mulher, que nasceu em 1907. Meu pai em 1901. É uma época duríssima. Se hoje é duro, imagina lá as dificuldades.

Minha mãe foi a primeira mulher a dirigir, em Santo Amaro. Silenciosa, fazia as coisas que queria. Mabel me contou que ela pegou uma calça do meu pai, apertou e fez para ela. Primeira mulher a vestir calça, a dirigir carro. Minha mãe trabalhou a vida toda com muita determinação, com muita paciência, em reconhecer cada filho com suas escolhas, e soube orientar quase sem falar. Isso que é muito importante, na minha memória: indicar o melhor caminho.

Às vezes, eu a olhava, a via, de tarde, sentada com umas moças a penteando; ela tinha uns cabelos muito compridos. Ela me olhava, parecia que ela tinha uma pena de mim. Eu achava aquilo tão bonito, mas me doía. Essa mulher conseguiu virar uma líder comunitária extraordinária em Santo Amaro.”



APRESENTAÇÃO CULTURAL

O encerramento do primeiro dia de atividades da 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça exaltou as práticas culturais e os símbolos da Bahia e do Nordeste. O grupo apresentou, para as convidadas e conferencistas, a dança dos orixás, maculelê, samba de roda e capoeira. O final da noite terminou com músicas, danças, afeto e pertencimento.



PAINEL TEMÁTICO

Especialistas abordaram, sob distintos pontos de vista, o tema *Perspectivas de equidade de gênero no Sistema de Justiça – Ministério Público*, durante o painel temático da 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça, em Salvador (BA).

A atividade teve a participação da palestrante internacional Lígia Afonso, advogada e pesquisadora da Universidade do Porto; da promotora Lívia Maria Santana e Sant'Anna Vaz, do Ministério Público da Bahia; e da promotora Maria Gabriela Manssur, do Ministério de São Paulo e do Movimento Nacional das Mulheres do Ministério Público.

O debate foi mediado pela presidente do CNMP e procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que destacou, em sua fala, a importância de ouvir especialistas, “aprender com elas, nos inspirar e fortalecer” a agenda da igualdade de gênero.

A pesquisadora portuguesa Lígia Afonso, da Universidade do Porto, discorreu sobre a representatividade das mulheres nas profissões jurídicas, em particular na magistratura portuguesa. A palestrante internacional apresentou resultados de sua pesquisa *Aspectos de gênero e experiências profissionais de advogados e magistrados em Portugal*, em que entrevistou 28 profissionais da Justiça, na cidade do Porto.

Segundo Lígia, houve uma evolução quantitativa, em Portugal, na posição das mulheres na magistratura. Até a revolução de 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial, era vedado às mulheres ascender à profissão. Na década de 1990, houve um crescimento significativo de mulheres nas profissões jurídicas e, hoje, elas são maioria.

No entanto, a pesquisadora chama a atenção para essa imagem positiva. “Quando nós analisamos os dados um pouco mais a fundo e tentamos perceber como as mulheres estão distribuídas dentro da hierarquia dos tribunais, nós podemos ver que as mulheres estão ainda a ocupar a base dos tribunais. E, portanto, essa é uma das questões que nos deve ocupar. Por que razão é que as mulheres não concorrem ou, quando concorrem, são preteridas para vagas superiores?”, questionou.

Embora muitos argumentem que a presença de mulheres na hierarquia superior seja uma questão de tempo, Lígia observa que sua ausência é um dado transversal a contextos culturais absolutamente díspares e existe independentemente se o sistema jurídico é anglo-saxônico ou de estilo românico. Do ponto de vista científico, a pesquisadora afirma que as dificuldades que as mulheres vivenciam na magistratura e sua sub-representação se definem como uma “segregação vertical, uma segregação que está inscrita na hierarquia dos tribunais”, explicou.

Em sua fala, Maria Gabriela Manssur, promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo e integrante do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público, apresentou dados e imagens que evidenciam a baixa representatividade e quase ausência de mulheres em espaços institucionais, reuniões, eventos, cursos, congressos e meios de comunicação do Ministério Público brasileiro.

Segundo a promotora paulistana, atualmente o MP brasileiro é formado por 13.021 membros, dos quais 7.802 são homens e 5.219 são mulheres. Embora as proporções sejam próximas, Maria Gabriela observa que socialmente a carreira do Ministério Público é vista como masculina, o que traz consequências para as mulheres no exercício da profissão.

Para a promotora paulistana, a ausência de participação feminina em instâncias superiores e cargos de liderança configura-se como uma forma de violência institucional, que tem implicações, inclusive, na saúde das mulheres. “Nós estamos trabalhando, com dedicação, colocando, muitas vezes, em xeque a nossa vida pessoal, a nossa saúde. Muitas mulheres estão adoecendo na carreira por falta de um olhar de gênero, da condição da mulher no trabalho”, ressaltou.

Lívia Sant’Anna Vaz, promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, realizou uma instigante apresentação sobre interseccionalidade de gênero e raça no Sistema de Justiça. “Nossa missão nessa conferência não estaria completa se nós não abordássemos também a questão racial”, defendeu.

Em sua exposição, Lívia mostrou exemplos de como, na história do Brasil, gênero e raça são questões sobrepostas. Ela explica que, desde quando foram sequestradas e escravizadas pelo tráfico transatlântico, as mulheres negras foram submetidas e vítimas de estupro, aborto e prostituição forçadas.

De acordo com a promotora, as mulheres africanas, negras e escravizadas “historicamente, sempre conviveram com opressões que se somavam à questão racial, como a questão do gênero. Primeiramente, essas mulheres, nos mercados de escravizados, quando chegavam ao Brasil, eram apalçadas nas suas partes íntimas; para que se verificasse ali, naquele momento, quais eram aquelas consideradas mais fortes e férteis, para serem destacadas como reprodutoras. Essas mulheres negras, escravizadas, no Brasil, praticamente não ficavam sem gestar. Elas eram reprodutoras para aumentar o rebanho de escravizados a favor dos senhores”, explicou.

Conforme Lívia, nos dias atuais, as estatísticas evidenciam que as mulheres negras são vítimas, com mais intensidade, de todas as formas de violência.

“O Mapa da Violência, de 2015, traz um dado muito interessante que nós precisamos refletir: houve, entre 2003 e 2013, uma redução de 9,8% dos feminicídios

de mulheres brancas, concomitantemente houve um aumento de 54,2% dos feminicídios de mulheres negras. A Lei Maria da Penha serve ou deveria servir a todas as mulheres. O que é que acontece na ponta que essa lei não consegue reduzir também os feminicídios de mulheres negras?”, questionou.



Nós, enquanto profissionais e operadoras do Direito, que aplicamos a Lei Maria da Penha, precisamos refletir sobre essas questões”, conclamou.

Mediante esse quadro e a reprodução do racismo institucional no Brasil, Lívia convidou as conferencistas a olharem as diferenças. Ela ressaltou a importância de debater a presença de mulheres negras no Sistema de Justiça, a fim de reconhecer que há uma persistente discriminação de gênero e racial na forma como o Ministério Público se organiza.

“Nós estamos discutindo aqui ascensão na carreira, a nossa representatividade em cargos de chefia, mas as pessoas negras sequer entram na instituição. Há um aumento da presença de mulheres, mas esse incremento não se reflete na ocupação dos cargos. E, enquanto isso, a questão das mulheres negras é ainda mais grave, porque há ausência, insuficiência, ou completa negação dos dados a respeito de quem somos, quantas somos e onde estamos. Não há como você combater nenhum mal se você não reconhece a existência desse mal. Então, o primeiro passo é realmente reconhecer”, declarou Lívia.

Como resultado do painel temático, Raquel Dodge sugeriu que a perspectiva interseccional entre gênero e raça, exposta por Lívia Santana, fosse incluída nas próximas edições das Conferências Regionais de Promotoras e Procuradoras de Justiça, o que foi unanimemente aprovado.

“Lívia nos trouxe uma contribuição extraordinária que aprimora o debate de gênero, incluindo nele o recorte de raça. Eu queria, com a permissão de vocês, pedir que sua perspectiva se incorpore no debate das três edições seguintes e que ela nos ajude a organizá-las com esse viés”, afirmou.



LÍGIA AFONSO

Advogada e pesquisadora da Universidade do Porto (Portugal)

Em 1928, Virginia Woolf escreveu um texto, por ocasião de duas conferências, subordinadas ao tema *Mulheres e ficção*. Essa obra é conhecida como *Um quarto só para si*. Nesse texto, sob o propósito de falar acerca das mulheres e da ficção, a Virginia Woolf trata da desigualdade social. Ela trata a fragilidade da situação econômica das mulheres e da permanente ausência das mulheres na história.

E aqui vai minha provocação: é como se as mulheres apenas existissem nas palavras ditas ou escritas por homens. E habitar os espaços construídos por eles ou que os homens lhe concedem. E, por isso, é de uma enorme coragem vocês estarem a dizer vossa história, pelas vossas palavras. E a maneira como, ao fazê-lo, não procuram o protagonismo. Ontem mesmo, quando a Maria Bethânia esteve aqui, ela não quis falar dela, ela quis falar da mulher que ela acha que é um exemplo. E vocês, na vossa participação, também falaram de outras mulheres que vos inspiraram, que foram importantes.

E, por isso, vocês aqui estão, sem dúvida, para além de vosso trabalho e profissão como promotoras e procuradoras, a fazer história, ao estarem aqui, a contá-la e a partilhá-la com o mundo.

Apenas para chamar atenção de um outro aspecto: no discurso dos homens, você não vê nenhum tipo de referência à necessidade de ter de pensar em organizar a casa ou ter que cuidar dos filhos.

Qual o impacto desta responsabilidade diferencial que a mulher tem com a gestão da sua família, com a gestão da sua casa, com o cuidado ao outro?, que continua sendo, de fato, um papel sobremaneira desenvolvido por mulheres.

Por muito nobre que seja esse papel, quando nós olhamos para isso friamente e objetivamente, nós vemos que, no caso das magistradas portuguesas, o fato de elas terem todo esse conjunto de responsabilidade as impede de investir da mesma maneira na sua formação profissional. E esse investimento em nível de curso de formação, de tirar o mestrado, uma pós-graduação, é muito importante para a progressão na carreira.

Portanto, elas não conseguem, com todas as outras responsabilidades, ter a mesma capacidade para fazer esse investimento. Temos que pensar essas estruturas de trabalho que ainda são estruturas de trabalho pensadas por homens, para homens e, diante das quais, nós temos que construir os nossos espaços; portanto, estruturas que nos permitam continuar a desenvolver o nosso trabalho, com igual qualidade, mas também ajustado àquilo que nós precisamos.”



LÍVIA MARIA SANTANA E SANT'ANNA VAZ

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia



Algumas reflexões que podemos fazer a partir do que eu disse até agora: primeiro, gênero não é um conceito universal. Nós temos interseccionalidades colocadas, por isso nós temos que falar não de feminismo, mas de feminismos.

Carla Portirene fala numa encruzilhada: a mulher negra está numa encruzilhada, que passa pela discriminação de gênero e a questão racial, do racismo. E há outras mulheres que passam ainda pela transfobia, pela questão de classe, uma encruzilhada realmente.

Então, é como Djamila Ribeiro diz, eu não estou falando aqui de hierarquizar opressões, eu estou falando de reconhecer as opressões que existem para outras pessoas, que não nós mesmas. Quando uma mulher não negra não reconhece essas opressões, ela acaba reproduzindo a opressão do racismo sobre as mulheres negras. E isso, na nossa instituição, é grave porque gera uma invisibilização da questão racial. Nós discutimos muito gênero, mas esquecemos da intersecção de raça; e isso invisibiliza mulheres negras. Nós não sabemos quantas somos. Sequer se questiona quais são as demandas específicas das mulheres negras.

Na Bahia, já que estamos falando de representatividade política, nós temos, na Assembleia Legislativa, 53 homens e 10 mulheres. Este ano de 2019, nós elegemos a primeira mulher negra deputada estadual na Bahia. Isso é um absurdo. Parece que nós estamos falando de outro planeta: 2019, Bahia, a primeira mulher negra eleita deputada estadual.

Então, o racismo institucional é reproduzido pelas instituições públicas e privadas. E o que é esse racismo institucional? Ele é a reprodução, pelas instituições públicas e privadas, da hierarquização das pessoas de acordo com a cor da pele.

Eu queria deixar uma homenagem à Dra. Neusa, a primeira desembargadora federal negra deste País. A gente fez uma campanha aqui no Ministério Público, que pergunta a todos e a todas: 'como você enfrenta o racismo?'. Nem o racismo é um problema só do negro nem a questão de gênero é um problema só das mulheres. 'Como você enfrenta o racismo?'. Eu respondi que enfrento com justiça. É o que eu espero que a gente continue fazendo não só a partir desse evento, mas pra toda a nossa carreira."



GABRIELA MANSSUR

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo



Foi com a percepção de gênero, do sistema, da estrutura da sociedade, que eu comecei a perceber uma desigualdade impressionante, para saber trabalhar no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Não se percebe a discriminação contra a mulher, a desigualdade material entre homens e mulheres, quando você faz todo dia a mesma coisa, com gosto, não reclamando. Mas aquele cotidiano que você se dedica, você vai se especializando e vai criando uma sensibilidade muito aguçada.

É como se o olhar de gênero, como a Mariana Bazzo brinca, ele fica com lente de 20 graus, porque você enxerga longe uma questão de gênero. Tudo tem gênero. E não é questão de ser politicamente correto ou ser chata, é questão de ser justa. Porque essa desigualdade, essa submissão, com que muitas vezes nós somos tratadas, ela não é indevida, como foi dito aqui ontem, ela é injusta.

E mulheres que trabalham no Sistema de Justiça não podem ver e não enxergar. São obstáculos invisíveis, mas eles existem. Eles nos impedem de alcançar os nossos lugares. Eles nos impedem de prestar melhor o serviço à sociedade. Porque, se você não tem mulheres, pessoas negras e homens, juntos, você não consegue atender a diversidade do Brasil. Que, aqui na Bahia, representa a cultura brasileira, isso daqui é um pedaço dos mais significativos do Brasil. Você vê a energia das pessoas dançando, das pessoas falando, da comida, do ar, isso é Brasil.

Um mito que é muito falado: essas mulheres, para estar nesses lugares, elas têm que ser extraordinárias. Isso é um mito. Nós não somos mulheres-maravilhas. Nós não precisamos ser extraordinárias, para estar aqui, porque ninguém fala se o homem é competente ou se não é, se alguém discute o espaço dele ou não. Nós também não precisamos provar nada para ninguém, nós já somos.

E, se quisermos ser felizes, como disse a Dona Canô, ser feliz é para quem é corajosa.”



PROPOSTAS APROVADAS DURANTE A 2ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROCURADORAS E PROMOTORAS DE JUSTIÇA – REGIÃO NORDESTE

A plenária final é o espaço destinado à deliberação das propostas elaboradas, durante os dois dias de conferência, nas seis oficinas temáticas.

Em cada oficina, as participantes respondem perguntas previamente estabelecidas, relacionadas aos temas definidos por eixo: ingresso na carreira, condições de trabalho, permanência na carreira, movimentação na carreira, carreira e outras jornadas e empoderamento, lideranças e participação político-institucional.

À medida que refletem sobre tais questões, as conferencistas identificam os problemas que precisam ser enfrentados institucionalmente. Com esse diagnóstico, os grupos constroem proposições e recomendações, que são objeto de deliberação na plenária final.

Neste momento da conferência, promotoras e procuradoras de Justiça podem se posicionar em relação às propostas, com possibilidade de sustentação *a favor*, *contra* ou *muito antes pelo contrário*.

Em Salvador, a mesa da plenária da 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça foi formada pela presidente do CNMP, Raquel Dodge, e pelos integrantes da comissão organizadora Ivana Farina (SDH/CNMP), Jacqueline Orofino (CDDF/CNMP), Dulce Helena Franco (GNDH/COPEVID/CNPG), Ana Teresa de Freitas (ENAMP), Cristina Nascimento (representante da I Conferência de Procuradoras da República) e João Akira Omoto (ESMPU).

Raquel Dodge, que presidiu a mesa, afirmou que a plenária final é o momento em que as conferencistas farão “o esforço de resumir a nossa convivência e as nossas deliberações, apontando o rumo inicial deste diagnóstico subjetivo de como estão atuando as mulheres do Ministério Público dos nove Estados da região Nordeste”, salientou.

O processo de votação das propostas se deu por meio de sistema eletrônico, com as opções *aprovo*, *não aprovo* ou *abstenção*. Estabelecido, inicialmente, o quórum de 40 participantes, foram aprovadas 25 propostas.

Confira as propostas aprovadas, de acordo com cada eixo temático.

EIXO I – INGRESSO NA CARREIRA: RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO

Temas discutidos:

- Atratividade da carreira;
- MP: uma instituição para mulheres?
- Conteúdo dos editais de concursos para ingresso na carreira;
- Modelo e programas das atividades acadêmicas de ingresso e vitaliciamento;
- Sistemas de cotas.

Coordenadora: Elaine Cristina Pereira Alencar (MP/PB)

Relatora Temática: Irene Cardoso Sousa (MP/PE)

Relatora de Ata: Márcia Luzia Guedes de Lima (MP/BA)

Participantes

Deluse Amaral Rolim Florentino (MP/PE)

Elna Leite Avila Rosa (MP/BA)

Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho (MP/MA)

Giovana Souza Barbosa (MP/BA)

Margareth Pinheiro de Souza (MP/BA)

Maria de Fátima Silveira Passos de Macêdo (MP/BA)

Mônica Antunes Rocha Rigo da Silva (MP/SE)

PROPOSTAS

Buscar estratégias para identificar obstáculos de acesso à carreira por candidatas e candidatos verdadeiramente vocacionados ao mister, a exemplo de intervenções na academia para aproximar estudantes da carreira do Ministério Público.

Quantidade de votantes: 40

Votos: **Aprovo – 36**

Não aprovo – 4

Abstenção – 0 (0%)

Garantir continuidade do gozo da licença-maternidade às recém-ingressas no Ministério Público, mesmo que a criança tenha nascido ou sido adotada anteriormente à posse.

Quantidade de votantes: 36

Votos: **Aprovo – 36**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

Vedar questionamentos e abordagens por parte dos examinadores e instrutores do curso de ingresso e vitaliciamento que exponham a candidata a situações discriminatórias em face do gênero.

Quantidade de votantes: 37

Votos: **Aprovo – 37**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

Garantir o cumprimento da Resolução nº 170, de 13 de junho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP sobre cota racial e étnica.

Quantidade de votantes: 30

Votos: **Aprovo – 28**

Não aprovo – 0

Abstenção – 2

Propor ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP a realização de pesquisas e estudos para verificar a possibilidade de regulamentar e implementar cotas sociais para ingresso na carreira.

Quantidade de votantes: 35

Votos: **Aprovo – 31**

Não aprovo – 2

Abstenção – 2

EIXO II – CONDIÇÕES DE TRABALHO: SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR

Temas discutidos:

- Igualdade de tratamento;
- Discriminação no trabalho;
- Assédio moral e sexual;
- Riscos do trabalho e do ambiente;
- A condição feminina reclama condições especiais?
- Sororidade X discriminação entre mulheres.

Coordenadora: Mariana Marinho Barbalho (MP/RN)

Relatora Temática: Cristina Seixas Graça (MP/BA)

Relatora de Ata: Jovana Maria Siva Tabosa (MP/PB)

Participantes

Aldeleine Melhor Barbosa (MP/SE)

Anna Karina Omena Vasconcellos Senna (MP/BA)

Darluse Ribeiro Sousa Magalhães (MP/BA)

Iracy Martins Figueiredo Aguiar (MP/MA)

Luciana Albuquerque Prado (MP/PE)

Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza (MP/BA)

Tatiana Souza Leão Araujo (MP/PE)

Theresa Cristina Pinto Rebouças (MP/BA)

PROPOSTAS

Propor ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP que intervenha junto às Procuradoras e aos Procuradores-Gerais de Justiça para que realizem pesquisas e criem nas Ouvidorias-Gerais ou órgão similar de cada Ministério Público um canal específico para ouvir as membras quanto às suas necessidades e também elaborar um plano de ação para atender as demandas apresentadas.

Quantidade de votantes: 35

Votos: **Aprovo – 34**

Não aprovo – 0

Abstenção – 1

Propor ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP que intervenha para que todos os Ministérios Públicos criem um setor de bem-estar com equipe multidisciplinar, inclusive para atendimento médico e psicológico/psiquiátrico, às suas membras e aos seus membros, ou, em caso de impossibilidade, firmar convênios, com instituições do gênero.

Quantidade de votantes: 35

Votos: **Aprovo – 32**

Não aprovo – 3

Abstenção – 0

EIXO III – PERMANÊNCIA NA CARREIRA: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, CURSOS, CAPACITAÇÕES, TREINAMENTOS E BOAS PRÁTICAS

Temas discutidos:

- Especificidades necessárias;
- Incentivos;
- Atribuições;
- Especializações de ofícios;
- Capacitação – necessidades; dificuldades de participação em atividades pedagógicas etc.

Coordenadora: Sara Gama Sampaio (MP/BA)

Relatora Temática: Karla Adriana Holanda Farias Vieira (MP/MA)

Relatora de Ata: Jheise de Fatima Lima da Gama (MP/AL)

Participantes

Juçara Azevedo de Carvalho (MP/BA)

Maria Aparecida Barreto da Silva (MP/PE)

Marly Barreto de Andrade (MP/BA)

Nelma Ramos Maciel Quaiotti (MP/PE)

Regina Maria da Silva Carrilho (MP/BA)

Rosane Maria Araujo e Oliveira (MP/PB)

Semiana Silva de Oliveira Cardoso (MP/BA)

Terezinha Maria Lôbo Santos (MP/BA)

Adotar a linguagem de gênero na legislação interna e em todos os expedientes da Administração Superior, inclusive na identidade funcional.

Quantidade de votantes: 38

Votos: **Aprovo – 38**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

Promover encontros locais, regionais e estaduais de sensibilização e incentivo à sororidade, fomentando um maior envolvimento entre as mulheres do Ministério Público, inclusive com a formação de um quadro de mentoras que oriente por meio da transmissão de experiência.

Quantidade de votantes: 38

Votos: **Aprovo – 38**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

EIXO IV – MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA: CRITÉRIOS, DIFICULDADES E POLÍTICAS DE EQUIDADE

Temas discutidos:

- Promoções/remoções – especificidades necessárias com impacto na movimentação (maternidade e cuidados com a família);
- Capacitação – critérios para movimentação e promoção por merecimento;
- Lotação em unidades de difícil provimento.

Coordenadora: Maria Neves Feitosa Campos (MP/CE)

Relatora Temática: Marcia Regina Ribeiro Teixeira (MP/BA)

Relatora de Ata: Marília Uchoa de Albuquerque (MP/CE)

Participantes

Ana Teresa Silva de Freitas (MP/MA)

Dulcerita Soares Alves (MP/PB)

Maria Augusta Almeida Cidreira Reis (MP/BA)

Maria de Fátima de Araújo Ferreira (MP/PE)

Maria Izamar Ciriaco Pontes (MP/PE)

Marilene Pereira Mota (MP/BA)

Nadja Brito Bastos (MP/BA)

PROPOSTAS

Criar formas de compatibilização de carga de trabalho no final da gravidez/gravidez de risco, pessoa com deficiência ou doença crônica considerando questões relacionadas a: deslocamentos para audiências, viagens institucionais, sessões de tribunal, sem qualquer impacto ou reflexo na avaliação para mobilidade na carreira.

Quantidade de votos: 35

Votos: **Aprovo – 35**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

Nas movimentações de carreira, garantir o cumprimento da lei orgânica do Ministério Público com relação à aplicação de critérios objetivos.

Quantidade de votantes: 35

Votos: **Aprovo – 31**

Não aprovo – 2

Abstenção – 2

Instituir Comitê e Programa de Equidade de Gênero e Raça em cada unidade do Ministério Público brasileiro e diretoria da mulher nas associações de classe.

Quantidade de votantes: 37

Votos: **Aprovo – 37**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

Adotar meios para garantia de equidade de gênero e raça nos cargos de gestão/administração, acompanhamento das promotoras de Justiça em estágio probatório, espaços de escuta permanente, pesquisa institucional, etc.

Quantidade de votantes: 37

Votos: **Aprovo – 36**

Não aprovo – 0

Abstenção – 1

EIXO V – CARREIRA E OUTRAS JORNADAS: GÊNERO E FAMÍLIA

Temas discutidos:

- Carreira e vida privada;
- A revolução que não se completou: dupla jornada, em casa e no trabalho;
- É preciso optar: filhos ou carreira?

Coordenadora: Maria Lilian Mendes Carvalho (MP/SE)

Relatora Temática: Fernanda Henriques da Nóbrega (MP/PE)

Relatora de Ata: Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra (MP/PI)

Participantes

Aline Curvêlo Tavares de Sá (MP/BA)

Andrea Borges Miranda Amaral (MP/BA)

Dila Mara Freire Neves (MP/BA)

Euza Maria Gentil Missano Costa (MP/SE)

Joana Pedreira Philigret Baptista (MP/BA)

Luciana de Aquino Vasconcelos Frota (MP/CE)

Luciana Maciel Dantas Figueiredo (MP/PE)

Marcia Moraes dos Santos Vaz (MP/BA)

Marisa Marinho Jansen Melo de Oliveira (MP/BA)

PROPOSTAS

Regulamentar, no âmbito de cada unidade/ramo do Ministério Público, que Promotoras e Promotores, Procuradoras e Procuradores de Justiça, com filhos menores de 18 anos, possam, preferencialmente, gozar férias coincidindo com as férias escolares, objetivando garantir o convívio familiar.

Quantidade de votantes: 36

Votos: **Aprovo – 28**

Não aprovo – 4

Abstenção – 4

Propor ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP que recomende aos Ministérios Públicos que permitam Promotoras e Procuradoras de Justiça a manterem-se afastadas, por período contínuo, após o período de licença-maternidade/adoção, mediante gozo de férias e/ou licença prêmio, sugerindo, em caso de impossibilidade de substituição automática, a abertura de edital de acumulação.

Quantidade de votantes: 33

Votos: **Aprovo – 29**

Não aprovo – 4

Abstenção – 0

Impedir que os órgãos da Administração Superior, especialmente Corregedorias-Gerais, realizem análise subjetiva, de maneira distinta entre membros e membras, de modo que resulte em situações discriminatórias sobre a conduta ilibada de Promotoras e Procuradoras de Justiça.

Quantidade de votantes: 34

Votos: **Aprovo – 33**

Não aprovo – 0

Abstenção – 1

EIXO VI – EMPODERAMENTO, LIDERANÇAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL: IGUALDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS DE EQUIDADE

Temas discutidos:

- Composição de colegiados;
- Participação em funções de coordenação;
- Participação em grupos de trabalho ou em forças-tarefas;
- Participação em mesas de painéis, congressos, seminários e cursos promovidos no âmbito do Ministério Público;
- Há temas mais femininos e outros mais masculinos?

Coordenadora: Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa (MP/PE)

Relatora Temática: Márcia Regina dos Santos Virgens (MP/BA)

Relatora de Ata: Denise Costa Aguiar (MP/PI)

Participantes

Alice de Oliveira Morais (MP/PE)
Ana Vitória Conceição Gouveia (MP/BA)
Camila Mendes de Santana Coutinho (MP/PE)
Ediene Santos Lousado (MP/BA)
Lúvia Maria Santana e Sant Anna Vaz (MP/BA)
Maria Magnólia Barbosa da Silva (MP/CE)
Thiara Rusciolelli Souza Bezerra (MP/BA)
Vera Maria Fernandes Ferraz (MP/CE)

PROPOSTAS

Formular campanhas educativas para desconstrução de estereótipos de gênero, raça, etnia e deficiência que desqualifiquem a atuação feminina, promovendo o respeito aos direitos humanos da mulher.

Quantidade de votantes: 36

Votos: **Aprovo – 36**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

Implementar cursos presenciais, a distância e itinerantes que possam ser ajustados à rotina diária das membras, servidoras, estagiárias e terceirizadas, bem como garantir a participação paritária e ativa das mulheres em mesas temáticas, painéis, congressos, seminários e cursos promovidos no âmbito do Ministério Público.

Quantidade de votantes: 37

Votos: **Aprovo – 37**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

Propor às associações de classe a inclusão da paridade de gênero como condição na formação de chapas para concorrer às eleições de classe, promovendo, se necessário, as devidas alterações estatutárias.

Quantidade de votantes: 36

Votos: **Aprovo – 35**

Não aprovo – 0

Abstenção – 1

Fomentar a paridade de gênero e raça nas eleições para representação do Ministério Público no Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

Quantidade de votantes: 37

Votos: **Aprovo – 37**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

VOTAÇÃO DE PROPOSTAS AGLUTINADAS

Regulamentar política institucional de gênero e raça, por meio de recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: a) a fim de que as Procuradoras e os Procuradores-Gerais de Justiça incluam nos seus planos de gestão a realização periódica de encontros, debates e oficinas entre membros e membras e servidores e servidoras, a fim de discutir a temática da equidade de gênero de forma transversal; b) para inclusão da temática de gênero e raça no conteúdo programático dos concursos de ingresso, cursos de ingresso e vitaliciamento e de formação continuada; c) que os centros de estudos e aperfeiçoamento funcional, as escolas ou órgãos similares promovam eventos e rodadas de conversa no ambiente de trabalho quanto ao tema da equidade de gênero e raça; d) facilitação das membras para o aperfeiçoamento funcional por meio de cursos de especialização, mestrados e doutorados; e) implementar cursos/oficinas/seminários de capacitação política e liderança feminina para o público interno (membras e servidoras), de forma a estimular as mulheres a assumirem cargos de liderança e chefia na instituição, bem como a inclusão da temática de gênero nos editais de concurso e nos cursos de formação inicial e continuada.

Quantidade de votantes: 32

Votos: **Aprovo – 32**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

Implementar política institucional, por meio de resolução do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: a) para que a mobilidade na carreira não reste prejudicada em razão da maternidade, fomentando o trabalho remoto com vistas a facilitar o exercício da parentalidade na primeira infância, dentre outras providências; b) que estabeleça critérios objetivos para tratar de situações específicas de saúde de membras grávidas e em fase de amamentação e de membros e membras com doenças graves próprias e/ou de familiares (dependentes), permitindo que colegas nessas condições tenham flexibilizadas suas condições de trabalho, quanto ao local e jornada (por meio de teletrabalho, designações especiais e horário diferenciado de expediente), sem qualquer impacto ou reflexo na avaliação para mobilidade na carreira, sobrecarga e discriminação.

Quantidade de votantes: 33

Votos: **Aprovo – 33**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

Propor ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP que intervenha junto às Procuradoras e aos Procuradores-Gerais de Justiça para recomendar a redefinição dos espaços das sedes, de modo a criar local próprio para amamentação, fraldário, creche, brinquedoteca ou, em caso de impossibilidade, firmar convênios, com instituições do gênero para todas as mulheres da instituição.

Quantidade de votantes: 33

Votos: **Aprovo – 30**

Não aprovo – 1

Abstenção – 2

Implementar normatização no âmbito institucional (Ministérios Públicos e Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP) que garanta a equidade de gênero em cargos de chefia, assessoramento e liderança, com observância das especificidades de raça, etnia e deficiência, respeitada, no mínimo, a proporção respectiva de mulheres em cada unidade do Ministério Público.

Quantidade de votantes: 33

Votos: **Aprovo – 33**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

Reconhecer a dificuldade de ingresso e mobilidade na carreira do Ministério Público, em razão de obstáculos institucionais, visíveis e invisíveis, que precisam ser superados com a aprovação de uma política clara e transparente, que adote critérios objetivos e considere a opinião das mulheres, e permita que também ocupem cargos superiores e de chefia, com paridade de gênero.

Quantidade de votantes: 33

Votos: **Aprovo – 33**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES E AVALIAÇÃO



Ouvir mulheres de diferentes Estados relatando as mesmas dificuldades na carreira e poder estabelecer contato entre nós foi uma experiência incrível”, relatou uma das participantes da 2ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Nordeste.

A etapa final da conferência buscou avaliar o impacto do evento na percepção das participantes sobre questões de gênero. Utilizando recursos do programa Mentimeter, as membras do Ministério Público responderam à pergunta: *A conferência alterou sua percepção sobre questões de gênero? Por quê?*

Em Salvador, toda a plenária, com quórum de 40 participantes, afirmou que sim. Houve 39 respostas justificando a afirmativa. Muitas consideraram a conferência um valioso espaço de diálogo e troca de experiências e perspectivas, onde puderam identificar problemas comuns e, mediante consenso, propor caminhos.

RESPOSTAS À PESQUISA

“Mesmo tendo uma percepção sobre questões de gênero, inegavelmente foram trazidas discussões que acrescentaram. Portanto, após a Conferência, sim, minha percepção está modificada.”

“Sim, porque ampliou meu conhecimento sobre o assunto e me mostrou a necessidade de adotar medidas em minha atuação.”

“Ouvir mulheres de diferentes Estados relatando as mesmas dificuldades na carreira e poder estabelecer contato entre nós foi uma experiência incrível.”

“Porque trouxe maior clareza para um problema que muitas vezes minimizamos. Foi muito importante.”

“Em razão dos inúmeros conteúdos debatidos e das diversidades de opiniões que ampliaram a minha percepção.”

“Ouvimos as várias vozes e identificamos problemas iguais em nossas diferenças e tivemos oportunidade refletir sobre a questão de gênero na instituição.”

“Porque ouvir a percepção de pessoas das mais variadas cidades e de várias instituições nos faz refletir nossas próprias opiniões. A busca do consenso nos faz ceder e repensar.”

“Nos trouxe novas visões e experiências sobre as diversas situações.”

“Porque tive a oportunidade de conhecer experiências distintas das minhas que abriram meus olhos para a certeza de que esse tipo de desigualdade existe no MP.”

“Potencializou o meu posicionamento sobre empoderamento feminino.”

“Agregou outras perspectivas ao meu entendimento sobre gênero.”

“Identificamos problemas iguais, apesar das diferenças, que vão nos unir cada vez mais.”

“Porque, apesar de já ter debatido o tema e enxergar a importância de enfrentamento da problemática, ainda não havia tido a oportunidade de debatê-la com tanta profundidade e riqueza, e com uma perspectiva de efetivamente implementar proposições.”

“Sem dúvida, ante as discussões trazidas, minha percepção restou expandida.”

“Preciso adotar medidas para implementar a questão de gênero na minha área de atuação.”

“Oportunizou outros olhares.”

“Aumentou minha percepção sobre a necessidade de criação de políticas institucionais para a igualdade de gênero, bem como para escuta das necessidades peculiares do universo feminino.”

“Despertou a necessidade de serem implementadas, efetivamente, políticas institucionais que promovam a igualdade de gênero.”

“Sim. Primeiramente parabéns pelo evento e a temática; foi incrível porque tivemos a oportunidade de trabalhar as nossas questões entre nós mulheres.”

“Ouvimos as múltiplas experiências e sairemos com outra visão.”

“Ouvi a questão sobre outras perspectivas não vistas antes da Conferência e estou saindo com outro olhar, mais ampliado.”

“Por conta dos testemunhos compartilhados pelas colegas e palestrantes.”

“Porque consegui visualizar outras perspectivas com os diálogos travados nas oficinas.”

“Podemos ter vez e voz dentro da Instituição. Depois da Conferência, me senti animada. Parabéns!”

“Tive uma melhor visão do que pensam as mulheres sob MP brasileiro.”

“Ouvir as outras experiências foi fantástico!”

“Porque foi possível verificar que algumas questões não estavam sendo por mim identificadas. A reunião em grupo colaborou muito para isso.”

“Porque ampliou o meu conhecimento sobre o tema.”

“Aumentou a minha percepção sobre a questão de gênero.”

“Fortaleceu nossa união e nossa disposição em promover equidade de gênero!”

“Ampliou minha visão da necessidade de operacionalizar políticas de igualdade de gênero e raça no âmbito do MP.”

“Tivemos a oportunidade de ouvir e sermos ouvidas, compartilhar experiências e repensar a questão de gênero na nossa instituição.”

“Esclareceu algumas coisas que eu achava sem importância. Me fez refletir. Muito interessante!”

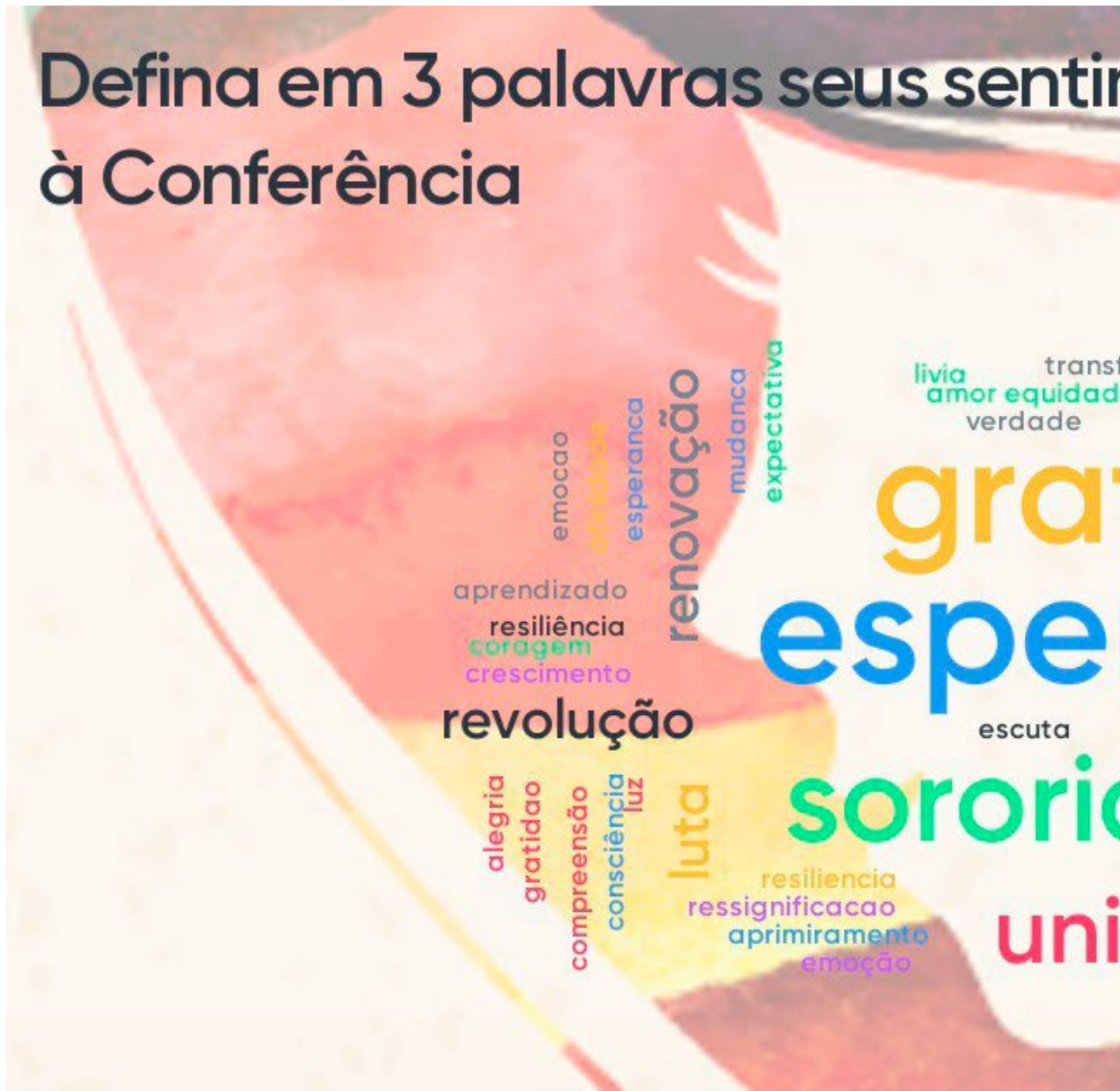
“Pelo conteúdo dos debates e palestras que permitiram uma análise dos problemas que estavam invisíveis aos nossos olhos. Expandindo a nossa percepção sobre a discriminação das mulheres em diversos aspectos do Sistema de Justiça.”

“Pela possibilidade do intercâmbio de conhecimento e possibilidade de ampliação do norte para a construção de uma política mais sólida e equânime em todas as unidades do MP.”

“Momento de união e força recíproca.”

“Ampliou a dimensão do conceito de violência de gênero e presentificou as questões de violência institucional por meio dos depoimentos das colegas de outros Estados.”

Defina em 3 palavras seus sentimentos à Conferência



mentos em relação

Mentimeter

formação
e democracia

tidão
rança
dade

recomeço

ão

força

resgate

ediene

bernadete

cumplicidade

entusiasmo

persistência

generosidade

raquel dodge

resistência

sucesso

ivana farina

empoderamento esperança

aprimoramento

mudanças



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



União Europeia



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL